



1655 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

A vivência e a escrita da cultura indígena na academia: o (re)conhecimento das águas puras  
Maria Cristina Graeff Wernz - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul  
Onorio Isaías de Moura - UNIPAMPA/CAMPUS JAGUARÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**Resumo:** Propomos um ensaio narrativo a fim de apresentar aspectos constitutivos da interpretação/compreensão de um indígena a respeito de sua experiência como acadêmico do Curso de Relações Públicas, em uma Universidade pública do Rio Grande do Sul. Trata de sua trajetória de estudante, de sua chegada à academia e dos problemas de permanência, comuns aos acadêmicos indígenas. O objetivo é provocar reflexões no espaço acadêmico, visando adequações para acolher minorias que ingressam por meio de ações afirmativas. A metodologia adotada segue a ideia de apresentarmos uma escrita em co-autoria, cuja voz mais forte é a do próprio indígena, que tem legitimidade para falar de sua experiência. Assim, oferecemos à leitura um texto-manifesto, indicando as dificuldades para a continuidade da presença do indígena no espaço acadêmico, e também a importante contribuição de suas reflexões à academia, caso a estrutura permita sua permanência, no sentido das possibilidades de colaboração e aprendizagem intercultural.

#### **A vivência e a escrita da cultura indígena na academia: o (re)conhecimento das águas puras**

**Resumo:** Propomos um ensaio narrativo a fim de apresentar aspectos constitutivos da interpretação/compreensão de um indígena a respeito de sua experiência como acadêmico do Curso de Relações Públicas, em uma Universidade pública do Rio Grande do Sul. Trata de sua trajetória de estudante, de sua chegada à academia e dos problemas de permanência, comuns aos acadêmicos indígenas. O objetivo é provocar reflexões no espaço acadêmico, visando adequações para acolher minorias que ingressam por meio de ações afirmativas. A metodologia adotada segue a ideia de apresentarmos uma escrita em co-autoria, cuja voz mais forte é a do próprio indígena, que tem legitimidade para falar de sua experiência. Assim, oferecemos à leitura um texto-manifesto, indicando as dificuldades para a continuidade da presença do indígena no espaço acadêmico, e também a importante contribuição de suas reflexões à academia, caso a estrutura permita sua permanência, no sentido das possibilidades de colaboração e aprendizagem intercultural.

**Palavras-chave:** indígena universitário; permanência na academia; colaboração, aprendizagens interculturais

#### **Introdução**

Este ensaio narrativo nasce a partir de diálogos ocorridos durante o ano de 2017, decorrentes da pesquisa de doutorado que está sendo gestada com a finalidade de acompanhar a inclusão e permanência (ou impermanência) de indígenas na Universidade. Embora em espaços físicos diferentes, usando a tecnologia digital como apoio, conseguimos manter um processo de reflexão sobre o estar indígena acadêmico, suas dificuldades e seus avanços. Optamos pela escrita em co-autoria com a finalidade de fazer emergir o movimento ainda muito poucas vezes audível: a voz do indígena acadêmico. Poderíamos chamá-lo de um diálogo “entrebioográfico”, remetendo a Viveiros de Castro (2015) que utiliza o termo para indicar uma escrita de que traz a história de projetos políticos convergentes (p. 27). Andamos em espaços fronteiriços, a partir das posições atípicas nas quais nos encontramos: uma pesquisadora buscando aproximação com uma cultura que não lhe pertence, e um indígena universitário tentando explicar sua percepção sobre o momento que vive e sobre o espaço acadêmico que frequenta.

Apresentamos a metodologia da escrita, assim como a teoria que a sustenta, em um capítulo entremeado ao texto. Tivemos dúvida sobre como apresentá-lo sem interromper a narrativa, pois este é um processo novo para nós. Decidimos colocá-lo onde e como está, depois de pensá-lo como um *hiperlink*, como uma oferta de alternância de leitura, reforçada pela troca no formato da letra. Nos pareceu uma alternativa possível para que nosso leitor pudesse entender o sentido e o ritmo que gostaríamos de trazer para a leitura.

A proposta que está sendo apresentada, portanto, constitui-se de um registro escrito de vivências, interpretações e reflexões, através do qual estamos tentando construir um caminho viável para a colaboração e a aprendizagem intercultural.

## A cultura e a vivência na educação

Todas as vidas no planeta aprendem entre si os índios têm seus aprendizados com os rios, a terra, as árvores e os animais. Em algum momento o rio passa a ser remédio e também tem o seu descanso, a partir de meia noite até as quatro horas da manhã?. Nesse tempo, diminui o barulho do rio e então, das quatro até às seis o rio é remédio. No tempo que o rio está descansando ou dormindo devemos conversar para beber. Através da linguagem dos pássaros e outros animais selvagens, as pessoas indígenas sabem todas as mensagens transmitidas por eles. Os cantos, as danças e as coisas dos animais. A lua e o sol eram adorados por causa do poder deles. As árvores para os canhongas são irmãs eles são úteis para alimentá-los e remédios. Tem um aprendizado no planeta que tem um peso fixo. Nós humanos somos a natureza. Somos compostos de terra, atmosfera e água. Se a terra está doente, o rio, a atmosfera, nós também estamos. (CARDOSO, 2014, p. 17).

Sou indígena da etnia kaingang, cuja organização social começa a partir de duas metades: kamé e kairu, que é representado por grafismos: o risco de formato arredondado, simboliza o pajé, a noite, a lua, é o kairu; a marca longa, representa o guerreiro, o dia, o sol e é o kamé. São metades opostas e complementares. Sou Kairu. Sou indígena acadêmico. Esta é uma reflexão sobre a trajetória de vida, tendo início, como um marco temporal na minha vida estudantil, desde o ensino fundamental passando para o ensino médio, até chegar ao ensino superior. O sentido de tornar pública essa trajetória se dá em razão da necessidade de provocar reflexões a respeito da adequação da academia para receber as minorias que ingressam por meio de ações afirmativas.

Este relato se inicia a partir do momento que a minha família foi morar na comunidade indígena de Serrinha, que se localiza ao norte do estado Rio Grande do Sul. O local abrange os municípios de: Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras. Embora tenham sido expulsos no início do século XX, a partir de 1990 os indígenas iniciaram o processo de reintegração de posse deste território, o que foi possível graças à Constituição Federal de 1988, aos povos indígenas direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupadas.

A formação do estudante indígena é assunto de interesse de toda sua coletividade, e a universidade deve prever mecanismos de acolhida efetiva dos indígenas, dos negros, dos idosos, das mulheres e demais sujeitos excluídos. O acesso pode fomentar e estimular a correlação dos fenômenos da vida indígena com os variados campos disciplinares da formação acadêmica (RIBEIRO, 2011, p. 169).

O ensino fundamental e a minha trajetória no ensino começam na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Tãnhve Kregno, localizada na Vila Capinzal, na terra indígena de Serrinha, no município de Constantina - RS. Passei todo o meu ensino nessa escola. Como é uma escola indígena localizada dentro de uma comunidade indígena, o ensino e a metodologia pedagógica é toda diferenciada, voltada e adaptada para a comunidade indígena, onde a escola é composta por professores indígenas e professores não indígenas. Dessa forma, a escola tem uma abordagem curricular diferenciada, pois nessa escola os alunos são alfabetizados na língua kaingang, tanto na escrita quanto na fala, desde a pré-escola até concluir o ensino fundamental. Com isso, a questão alimentar também é respeitada na escola, pois a merenda escolar é composta por comidas típicas dos povos indígenas, em específico da etnia kaingang, sendo implementada, no mínimo, duas vezes por semana na escola.

No entanto, após concluir o ensino fundamental, começa mais uma etapa, que é a de iniciar e concluir o ensino médio, não mais numa escola indígena, pois na escola onde concluí o ensino fundamental não tinha o ensino médio. Fui para a Escola Estadual de Ensino Médio Floriano Peixoto, localizada no município de Engenho Velho - RS, a uns 10 km da minha casa, no setor da linha Bela Vista, Terra Indígena de Serrinha.

Na escola Floriano Peixoto, fiquei quatro anos para concluir o ensino médio. A demora para a conclusão no tempo certo se deu com relação à dificuldade de me adaptar, mas não de forma tão intensa como tem sido no ensino superior. Prestes a concluir o ensino médio, notei que não era o suficiente para a minha vida, pois eu tinha sonhos que poderiam ser realizados e se concretizar com o ensino superior.

Dessa forma, já chegando na reta final do ensino médio comecei a prestar alguns vestibulares específicos para indígenas nas Universidades Federais localizados na Região Sul do Brasil. No entanto, nas primeiras tentativas de cursar o ensino superior, não tive muito sucesso, pois acredito que os cursos que eu escolhia eram os mais concorridos, que são os cursos de Direito, Medicina e Odontologia. A escolha do curso se deu a partir de um sonho pessoal que tenho desde criança, que foi, e ainda é, o curso de Direito. Os cursos de Medicina e de Odontologia eram por influência e escolha dos meus familiares.

Portanto, a escolha do curso se deu a partir de uma escolha minha no sentido de ter uma formação profissional, ajudar a minha família e a minha comunidade, pois eu entendia que no momento que eu entrasse numa faculdade e cursasse o ensino superior poderia abrir várias portas. Também percebia a necessidade de o meu povo se articular nas suas reivindicações, tanto na área da saúde e educação, quanto na reivindicação de suas terras tradicionais, etc.

Percebendo essa deficiência da comunidade, sentia que deveria contribuir de alguma forma, seja na comunidade interna ou externa, nos vários movimentos indígenas e indigenistas, que lutam por direitos indígenas e pelas classes minoritárias, esquecidas e sem amparo. Sem as mínimas condições socioeconômicas para ter uma vida digna, mesmo amparados pelos direitos humanos, que não amparam como deveriam. E isso só seria possível com uma formação acadêmica, para contribuir e tentar ajudar a comunidade, a partir do conhecimento científico adquirido na academia.

Diante disso, em 2011, aconteceu uma ampliação das políticas de inclusão social, incluindo as populações indígenas. Então, abriram-se as portas para o ingresso de estudantes indígenas na universidade, através de um edital específico.

Quando abriram as inscrições para o processo seletivo específico para indígenas, no ano de 2011, fiquei sabendo através de um amigo sobre o processo seletivo. No entanto, dos cursos que a Universidade oferecia naquele momento, não tinha nem o curso de Direito e nem o de Medicina, porém, na relação dos cursos ofertados estava o curso de Engenharia de Software. No mesmo instante já me interessei só pelo nome do curso e fiz a inscrição. Mas, não tinha a menor ideia do que o curso tratava. Simplesmente tinha a informação que era na área de informática e mais nada.

Assim, prestei o vestibular específico na Universidade, com a escolha do curso de Engenharia de Software como primeira opção. E, depois de sair o resultado de que tinha passado pelo processo seletivo, não tive mais dúvida que a partir daquele momento a minha vida não seria mais a mesma.

Quando fui dar a notícia para os meus familiares de que tinha passado na Universidade para cursar Engenharia de Software, foi uma felicidade só de toda família. Entretanto, ao mesmo tempo em que a minha família comemorava o primeiro passo que um filho entre dez irmãos era o único que estava para ingressar numa universidade federal, percebia que algo estava errado com os meus pais e avós. Ao

mesmo tempo que estavam felizes, também havia um olhar de tristeza nos seus olhos. No momento não sabia o que passava pela cabeça deles e não entendia o motivo. Mas, depois de algum tempo já estando na universidade, comecei a entender o real motivo de estarem tristes no dia em que dei a notícia de ter passado numa universidade federal, conforme passo a relatar na sequência do texto.

Dessa forma, depois de serem selecionados os estudantes, a Pró-Reitoria responsável pelo ingresso de indígenas acadêmicos, comunicou os selecionados através de e-mail e por telefone e convidou para uma reunião para apresentar o Programa. Posteriormente deslocou-se até a Comunidade Indígena para comunicar o resultado, apresentar o Programa e seus benefícios à permanência dos estudantes indígenas na Universidade, informar as datas de matrícula, entre outras informações pertinentes à Universidade. Diante disso, os estudantes selecionados organizaram-se para realizar sua matrícula com apoio de transporte da Fundação Nacional do Índio (Funai), que os conduziu de Campus em Campus.

O Programa foi criado pela Universidade especialmente para atender os alunos indígenas e tinha como principal objetivo inserir os estudantes indígenas aldeados na academia, com a intenção de garantir a sua permanência na universidade. Com esse programa a Instituição tinha o compromisso de inserir e manter o aluno indígena na universidade, de forma integral, sem exercer influência intensa em sua cultura, mas sim oferecendo suporte necessário para a sua permanência, proporcionando uma agregação de valores interculturais.

Após realizar a matrícula, um tutor e um monitor foram selecionados para o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico do estudante como política de inclusão da Instituição no Programa. O tutor foi indicado pela Coordenação do Curso. Já o monitor foi selecionado em edital específico, tendo iniciado suas atividades após um mês do ingresso do estudante indígena na Universidade. Até a escolha do monitor e do tutor, durante os trinta dias iniciais, o espaço de diálogo e dúvidas foram realizados com o setor que tem equipe multifuncional: pedagogo, assistente social, entre outros. No entanto, além da demora inicial, o trabalho e o acompanhamento do monitor foram relevantes à integração no ambiente acadêmico e para superação de dificuldades nas disciplinas. O monitor colaborou no manuseio de ferramentas da informática, pois vindo de uma aldeia indígena, nunca tinha contato e acesso a nenhum tipo de computador ou informática antes do ingresso, e as ferramentas de informática eram utilizadas de forma intensa no curso.

Com relação ao acompanhamento de um tutor, deu-se, inicialmente, para desenvolver projetos relacionados e voltados em benefício da comunidade de origem do estudante. Havia possibilidades e oportunidades de trocas de conhecimentos entre a comunidade indígena e a comunidade universitária. Diante disso, por falta de informação e conhecimento do ambiente universitário, foram enfrentadas algumas dificuldades que, para uma pessoa não indígena, podem ser consideradas simples e normais, como por exemplo, a adaptação de morar no meio urbano, dividir o ambiente doméstico com outras pessoas totalmente desconhecidas, a necessidade de estudar o dia todo, o que não é comum fora do ambiente universitário, principalmente se tratando de indígenas que vieram de uma aldeia indígena e o desconforto na articulação dos costumes indígenas com os não indígenas. Além disso, existiam também preconceitos dentro da universidade, praticados pelos colegas de sala de aula e também alunos de outros cursos, e como se não bastasse isso, sofríamos também de alguns professores e técnicos administrativos, sendo que essas práticas eram feitas de forma direta, mas na maioria das vezes de forma indireta.

De qualquer modo, os desafios enfrentados de 2012 até a metade de 2014 foram essenciais para o aperfeiçoamento e o aprofundamento do conhecimento científico na academia. Durante essa minha trajetória aconteceram várias situações na universidade como um todo que me deixaram preocupado. Por exemplo, alguns dos alunos indígenas que ingressaram comigo na Universidade começaram a mostrar uma tendência para a desistência de seus cursos. Outros demonstravam sinais de desânimo, distanciamento dos colegas com os seus respectivos monitores e tutores em seus campus, e também falavam que estavam descontentes com os cursos, e de alguns problemas e conflitos com os seus monitores, e que tais problemas não estavam sendo resolvidos pela Instituição.

Como nós, os povos indígenas kaingang, vivemos coletivamente nas nossas aldeias, percebo que algo de errado estava acontecendo com esses acadêmicos indígenas, e para mim isso não era um bom sinal, pois eu não aceitava a desistência desses colegas. Diante desses acontecimentos, pensei em tentar ajudá-los, contatando primeiramente a minha orientadora, posteriormente o setor com a equipe multifuncional do meu campus, relatando os problemas que estavam ocorrendo com os colegas de outros campi. Dessa forma, fui orientado a contatar os setores responsáveis pelos indígenas na época, que eram os gestores do Programa, primeiramente, e posteriormente as pró-reitorias específicas, que tratavam de cursos de graduação e de acompanhamento a estudantes, para que pudessem tentar resolver os possíveis problemas dos colegas em outros campi.

Como nós indígenas temos a nossa cultura e costumes diferenciados, nós tínhamos muita afinidade entre nós que ingressamos na Universidade, e isso facilitava a nossa comunicação, e inclusive o relato de tudo o que estava acontecendo com eles nos seus respectivos campus. Como eu tinha um pouco de facilidade de me comunicar com as pessoas, a tarefa de interlocutor ficou para mim, como uma pessoa de referência para relatar os problemas que estavam acontecendo na Instituição, e posteriormente para que fossem resolvidos da melhor forma possível.

Entretanto, apesar de servir como interlocutor dos meus colegas, relatando os problemas que estavam acontecendo para os gestores da instituição e cobrando uma postura das mesmas, não tive muito sucesso. Os colegas foram desistindo, um por um. Os que não desistiram migraram para outras universidades federais, e para agravar ainda mais a situação, a Universidade não quis mais realizar o processo seletivo específico para o ingresso de indígenas aldeados para 2013 e 2014. Diante disso, sempre na medida do possível, eu tentava questionar os gestores da Instituição através de e-mails, principalmente os do Programa e pró-reitorias responsáveis, mas nunca obtive resposta coerente ou uma explicação do porquê de não realizar mais o processo seletivo, e isso me intrigava cada vez mais. Esses acontecimentos com os colegas, de certa forma, foram me afetando. Levaram ao descontentamento também com o meu curso, gerado também por problemas particulares e pessoais. Mas, também causado pelo ambiente universitário e pela falta de adaptação no curso.

Em nenhum momento passou pela minha cabeça de desistir do curso, e permaneci tentando encontrar uma forma de reverter o descaso da Universidade com os colegas indígenas. Com isso, tomei a decisão de que o curso que estava fazendo não estava me ajudando muito ou contribuindo, no sentido de articular estratégias para contornar a situação, por se tratar das áreas de exatas. Dessa forma, resolvi mudar de curso, e o curso que achei interessante e que pudesse contribuir estrategicamente com a minha causa seria o curso de Relações Públicas. Entendia que um curso na área de comunicação poderia me facilitar estrategicamente na comunicação com os gestores da Instituição para colocar as pautas e as demandas relacionados aos povos indígenas, especificamente tratando da permanência e da inclusão social desses indivíduos com culturas e costumes diferentes.

Durante a minha estadia no curso de Engenharia de Software participei de projetos voltados à inclusão digital, formação de professores na área de informática, na educação básica, tanto na cidade do campus que abrigava o curso, como na minha comunidade indígena na vila Capinzal, na escola Tãnhve Kregso<sup>[1]</sup>, no município de Constantina. Neste período, trabalhei como voluntário num espaço voltado à comunidade, além de participar de diversos eventos com submissão de trabalhos como o primeiro encontro de estudantes indígenas nacional, seminários institucionais e etc.

Depois da troca do curso, já passado o primeiro semestre, começo a me identificar com o que havia escolhido, e inclusive relacionando a minha causa que assumi para esclarecer ou resolver, que foi a desistência dos colegas, a extinção do processo seletivo, e a permanência que foram os principais motivos da troca de curso. Queria compreender os motivos desses acontecimentos e contribuir para melhorar o processo de inclusão na Universidade.

Para que esse processo se concretizasse o curso de Relações Públicas me mostrou as ferramentas de comunicação e de como utilizá-las estrategicamente em benefício próprio. Dessa forma, começo a utilizar das estratégias de comunicação para dialogar com os setores da Instituição para chegar ao meu objetivo. Desde então, tive que participar do processo político da Instituição para conseguir um dos objetivos, que é a volta do processo seletivo específico para ingresso de indígenas e aldeados. Dessa forma, depois de muito tempo de articulação política e persuasão, tratando da importância de indígenas na universidade e de cobranças persistentes na aplicabilidade da lei de cotas na Instituição, consegui reaver um novo processo seletivo específico, com ingresso para 2017 na Universidade.

Ainda em 2017<sup>[2]</sup> foi elaborado um projeto "Proposta de Acolhida a Indígenas Acadêmicos"<sup>[3]</sup> para facilitar a inclusão e a inserção dos acadêmicos indígenas na Instituição. A proposta previa que seriam desenvolvidas algumas atividades, com o objetivo de contemplar orientações básicas fundamentais na integração do aluno neste novo momento da trajetória pessoal.

A Instituição recebe alunos oriundos de todo território nacional em seus cursos de graduação. Estes, por muitas vezes, deparam-se com uma realidade diferente de suas regiões de origem. Dessa forma, o objetivo da proposta é promover a integração dos novos estudantes indígenas na universidade com as atividades acadêmicas, recreativas, culturais, apresentar o espaço universitário e por fim auxiliar na principais dificuldades acadêmicas, através da experiência vivida pelos alunos.

A comunidade acadêmica: estudantes, professores, servidores, técnicos administrativos e comunidade em geral, serão todos envolvidos na programação. Serão pensadas ações, entre elas oficinas e palestras, como estratégias para suprir as dificuldades, tirar dúvidas e ajudar na inserção acadêmica. Enfim, o projeto é estruturado para fomentar e incentivar a diversidade cultural e a inclusão de novos grupos no ambiente estudantil. Porém, deve-se pensar a proposta além desse conceito, já que inserir os indígenas na universidade é importante, mas mantê-los até o final da graduação é essencial no processo de inclusão. Assim, o projeto objetiva, através das ações, que esses alunos cheguem ao final do curso sem muitas dificuldades.

A proposta tem como objetivo geral promover a inclusão dos indígenas que ingressarem em diferentes cursos da Universidade. Como objetivos específicos, pesquisar as dificuldades encontradas pelos indígenas no âmbito universitário; ofertar palestras e oficinas para suprir as dificuldades; promover, através das ações práticas, o convívio educacional o desenvolvimento da cidadania; apresentar a Universidade (os setores e sua funcionalidade), esclarecendo e tirando dúvidas administrativas sobre a Instituição; alugar um apartamento ou uma casa, com antecedência, para os novos ingressantes; iniciar algumas atividades com no mínimo uma semana antes do início do semestre letivo, com os indígenas selecionados no processo; oferecer cursos e oficinas para Técnicos Administrativos e professores, pautando a importância das ações afirmativas, e abrir espaços de discussões voltados às questões indígenas; oferecer curso básico no uso das ferramentas de informática básica; oferecer oficina de desinibição e oralidade para apresentação de trabalhos.

O documento foi entregue ao Reitor, em reunião das representações afro-brasileiras e indígenas, em dezembro, de forma a dar tempo de ser viabilizada, caso fosse interesse da gestão implementá-la.

Em 2018, além da expectativa de implementação da proposta de acolhida aos acadêmicos indígenas, ainda não viabilizada, são construídos projetos de extensão que atendam escolas de educação básica, junto a secretarias de educação; de capacitação para servidores da Instituição; e de sensibilização com os alunos não indígenas. Tais ações são consideradas estratégicas para colocar em pauta a educação e a cultura indígena.

#### **Método em articulação com a teoria: como refletimos sobre a vivência**

*O ensaio narrativo que apresentamos tem a pretensão de ser um trabalho em co-autoria, com uma luz especial na narrativa do indígena acadêmico, que nasce mais forte do que a da co-autora. Acreditamos que, neste caso, mais importante do que uma escrita etnográfica, com narrativa sobre o "campo de estudo" e o contexto que está inserido, é o relato do próprio "sujeito do campo de pesquisa", pela legitimidade que carrega. Sendo assim, as marcas do texto são claras: inicialmente há a narrativa do indígena acadêmico, situando o leitor a partir da linha do tempo de sua trajetória de vida e universitária. A partir de 2017, entra a narrativa da co-autora, como um apêndice ao texto principal. A finalidade da inserção é situar o leitor sobre a forma que se cruzaram as histórias de vida e de pesquisa, bem como conduzir a continuidade do texto na reflexão sobre alguns teóricos estudados, relacionando-os ao movimento em questão.*

*Clifford observa que os "etnógrafos nativos", como estudantes da própria cultura e dos contextos nos quais transitam, oferecem "novos ângulos de visão e profundidade de entendimento" (2016, p. 41). Nesta perspectiva, pesquisadores deixam de ser autoridades absolutas para falar em nome de outros.*

*Consideramos inspiradoras as produções de intelectuais indígenas, pesquisadores na área da educação, mais especialmente Cardoso (2014) e Ferreira (2014), que tratam da escola indígena, de proposta pedagógica diferenciada, do bilinguismo, da inclusão, da interculturalidade, da forma de construir conhecimento, do reconhecimento da oralidade como elemento imprescindível na aprendizagem, itens tratados a partir da perspectiva da etnia kaingang. Estas leituras nos permitem refletir sobre o quanto a academia reconhece e valoriza saberes diferenciados, mas tem dificuldade de dialogar com eles e colocar em prática as trocas entre eles. Embora este não seja o objetivo da narrativa, é impossível desconsiderar que a pedagogia universitária ainda parece presa a modelos que engessam tentativas de movimentos inovadores, que sejam sensíveis à riqueza da cultura ameríndia.*

*Doebber observa que a escuta das vozes dos indígenas acadêmicos é importante para entender o desejo de estar na universidade e que, ao mesmo tempo que apontam dificuldades, indicam o desejo de permanência (2017, p. 218). O movimento aparentemente ambíguo e contraditório também se apresenta complementar e a convivência com diferenças (o dia e a noite, por exemplo) e com tempos da natureza e da condição humana promoveram, no caso que apresentamos, a possibilidade de permanência, de resistência.*

*Mato (2016) indica que os povos indígenas, em geral, não estão interessados em ser objetos de investigação, peças de museu ou imagens exóticas em projetos de outras pessoas. Ao contrário, esperam que os investigadores colaborem com eles no cumprimento de seus próprios projetos ou agendas. A busca de um interesse comum é um primeiro passo para trabalhar juntos em modalidades sustentáveis de colaboração intercultural na Educação Superior. Esta foi a razão da decisão da escrita colaborativa: provocar uma reflexão sobre possíveis formas de contribuição intercultural e os caminhos pelos quais andamos (e tropeçamos) nas instituições chamadas a implementar políticas públicas.*

*O processo de construção do texto, como método de reflexão e de escrita, foi acontecendo lentamente, por um tempo que podemos quantificar em três, quatro meses... Neste tempo, exercitamos a busca de interesses comuns e aproximamos espaços e funções diferenciadas em favor dos referidos interesses. Entremeados à escrita, construímos projetos, pensamos estratégias que pudessem favorecer os acadêmicos indígenas ingressantes em 2018. Andamos por vários arquivos em editor de texto colaborativo, revisitamos escritas, relatórios, artigos publicados, trocamos arquivos de áudio e pensamos juntos que a produção em co-autoria teria que ter um sentido especial. Sendo assim, a razão de escrevermos parte do desejo e da necessidade de tornarmos público como se dá a presença de um acadêmico indígena em universidade pública, a partir do olhar do próprio estudante. Optamos, neste momento, em não nos atermos à legislação, muitas vezes*

analisada. Escolhemos uma narrativa, entremeada de pequenas observações e anotações da co-autora, por acreditarmos que, neste momento, mais importante do que os papéis, editais e legislação, é o relato do cotidiano, que reflete os pequenos avanços e as muitas dificuldades.

*Decidimos também pela posição do espaço que trata do método e da teoria: ao final da narrativa do acadêmico indígena e antes do final do texto, por acreditarmos que deveríamos deixar o leitor apropriado da temática, contextualizado legitimamente por quem a vive no cotidiano acadêmico, antes da busca por reflexões outras de natureza científico-acadêmica. Esta parte do texto deve ser entendida pelo leitor como um parêntese na escrita do acadêmico, ou seja, uma passagem da narrativa em primeira pessoa para uma reflexão conjunta. Desta forma, desnudamos a construção textual e metodológica, bem como o apoio teórico que a sustenta.*

## **Para continuar refletindo: possíveis contribuições das águas puras<sup>[4]</sup>**

As políticas de ações afirmativas são uma dimensão fundamental para garantir a reparação dos direitos negados aos indígenas, negros e outras minorias. Também constituem-se como uma resposta do poder público aos anseios da sociedade na construção de espaços democráticos que possam acolher a todos, oferecendo educação pública, gratuita e de qualidade.

Ressaltamos, entretanto, o fato que a garantia do acesso não é suficiente. A partir do movimento de ingresso na Universidade, via ações afirmativas, o indígena acadêmico passa a se preocupar com a permanência. Este é o grande desafio, principalmente para os estudantes indígenas. A educação escolar indígena, iniciada em escolas da aldeia e em escolas de educação básica mistas (indígenas e não indígenas) já passa por uma necessidade de adaptação, uma vez que o processo cultural e social é diferenciado. Em relação à caminhada acadêmica, notamos que os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação nem sempre contemplam a realidade e as necessidades das minorias que ingressam no espaço universitário.

E é na vida acadêmica que o aluno indígena busca essa diferenciação da realidade para se aperfeiçoar e retornar a sua comunidade com uma formação integradora. Falamos, aqui, de conhecimentos que produzem sentidos à realidade, com experiências e saberes para compartilhar com as pessoas que vivem na aldeia e com o forte desejo de trabalhar em prol do coletivo. E, isto não é apenas uma máxima dos povos indígenas. Povos indígenas efetivamente vivem para e pela comunidade.

Para evidenciar as possíveis contribuições dos indígenas acadêmicos para o ambiente acadêmico, é necessário voltar à citação de abertura do texto. Cardoso (2014) anuncia que os índios aprendem com os rios, com a terra, com as árvores, com os animais, num movimento de respeito à natureza. Reconhecem nela fonte de remédio e de alimentação e chamam atenção ao fato de que somos a natureza. E que se ela adocece, nós também adoecemos. Parece simples e óbvio, mas não é. A humanidade, assim como a ciência, de um modo geral, tem deixado de lado estes princípios básicos e, em razão disso, a natureza e o planeta deterioraram-se. Nós, indígenas e indigenistas, temos muito a contribuir para uma melhor relação humano-natureza. A relação do homem com o mundo, na cosmovisão indígena, é um movimento entre categorias diversas, mas que são convergentes e comunicáveis. Desta forma, entendemos como águas puras aquelas que representam esta cosmovisão, dotada de trocas entre seres humanos e não humanos, numa teia de relações ativas, com profunda significação no mundo da natureza.

Registramos como fato importante o desejo dos indígenas acadêmicos de permanecer na academia para buscar informações que favoreçam os coletivos e também para mostrar a sua forma de estar no mundo, que vem carregada do respeito à cultura, à sabedoria dos antepassados, ao exercício de viver em comunidade, à convivência harmoniosa com a natureza e que pode reconduzir a sociedade não indígena para o caminho do qual se perdeu. Afinal, acreditamos que já fomos todos, um dia, águas puras.

## **Considerações finais**

A reflexão que produzimos em movimento de escrita colaborativa foi um importante exercício não só de escrita, como também de deslocamento, durante o processo, dos lugares onde estávamos inicialmente. Durante as inúmeras conversas, ficávamos tentando entender as expectativas e necessidades do outrono que diz respeito à forma de expressão e à temática da proposta.

Somente depois de algum tempo, já deslocados do lugar onde estávamos e aproximados nas reflexões, conseguimos conversar mais à vontade e o texto foi fluindo, as possibilidades de escrita se anunciando. Compreendemos que seria importante usar registros feitos durante o tempo de vida acadêmica como um resgate da memória. Neste sentido, apresentamos parte do Projeto de Acolhida para Acadêmicos Indígenas a fim de indicar o movimento feito para tentar minimizar o impacto da diferença de culturas no ingresso na academia, assim como informamos a expectativa que temos em relação a sua implementação.

A pesquisa da doutoranda, a partir do que apresentamos, anuncia-se com a temática da interculturalidade - o indígena acadêmico na academia - considerando falar sobre a referida temática estando junto com indígenas e os deixando expressar suas necessidades, seus interesses, seus desejos. Anuncia-se, portanto, uma tendência de escrita da tese em co-autoria, num movimento de entrebiografias, cujo espaço dinâmico permite um estar em deslocamento constante, no sentido da aproximação reflexiva.

Embora ainda não tenhamos certezas sobre o caminho que a escrita em co-autoria nos leva, entendemos ser este um importante movimento para registrar o ingresso e a permanência de indígenas na universidade e para provocar, através da reflexão-ação, um espaço de aprendizagens e colaborações interculturais na academia.

## **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Somos as águas puras. Campinas, São Paulo.: Papirus, 1994.

CARDOSO, Dorvalino Refej. Aprendendo com todas as formas de vida do Planeta educação oral e educação escolar Kanhgág. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103318/000936694.pdf?sequence=1>. Acessado em 07 de abril de 2018.

CLIFFORD, James. Introdução: Verdades parciais in: A escrita da cultura. Poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016.

DOEBBER, M. B.. Indígenas Estudantes nas Graduações da UFRGS: movimentos de re-existência., Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre., 2017. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169281/001049761.pdf?sequence=1> Acessado em 02 de abril de 2018

FERREIRA, Bruno. Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar Dissertação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/107990>. Acessado em 07 de abril de 2018.

GUINDANI, J. F. ; ALMEIDA, C. ; MOURA, O. ; MANENTE, P. . Kaingáng Ag Kâme ta Universidade Fyr ty Nýtĩ AG - Relato de experiência. Comunicação, Memória e Cidadania: inserção social na Fronteira. 1ed.Bagé: EdiUnipampa, 2016, v. 01, p. 142-152.

RIBEIRO, R. F. S. Estudo sobre as ações afirmativas. Revista SJRJ, Rio de Janeiro, vol. 18, nº 31, agosto 2011. Disponível em: RIBEIRO, R. F. S. Estudo sobre as ações afirmativas. Revista SJRJ, Rio de Janeiro, vol. 18, nº 31, agosto 2011. Disponível em: [http://www4.fjrj.jus.br/seer/index.php/revista\\_sjrj/article/viewFile/256/242](http://www4.fjrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/256/242). Acessado em 04 de abril de 2018.

MATO, Daniel. Ensino Superior e Povos Indígenas na América Latina: do “Diálogo de Saberes” à construção de “modalidades sustentáveis de Colaboração Intercultural”. Revista del Cisen Tramas/Maepova, Salta, AR, 2016. 4 (2), 71-94. Disponível em [ppct.caicyt.gov.ar/index.php/cisen/article/download/9425/8859](http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/cisen/article/download/9425/8859) Acessado dia 06 de abril de 2018.

MELO, A. M.; MOURA, O. I.; GUTTIER, R. A. G. [Inclusão Digital em Comunidade Kaingang](#): uma abordagem dialógica. Cadernos de Informática, v. 8, n. 3, p. 30-34, 2014.

MOURA, Onorio (Universidade Federal do Pampa) Proposta de projeto para acompanhamento de acadêmicos indígenas. (2017) Documento entregue à Reitoria em reunião do Fórum NEABIs UNIPAMPA.

MOURA, O. I.; RECK, J. G. S; GUTTIER, R.; MELO, A. M. [Programa Anauê](#): inclusão indígena na Unipampa. In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 4., 2012, Bagé. Disponível em <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/830> . Acessado em 03 de abril de 2018.

TIER, M. A. D.; MELO, A. M. M.; SILVA, E. C.; JUNGES, L. B.; WERNZ, M. C. G.; MOURA, O. I.; GUTTIER, R. A. C.; LIRA, V. D. Novos Talentos – Interação Dialógica entre Universidade e Educação Básica. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 31., 2013, Florianópolis.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2015. “O recado da mata”. In: D. Kopenawa & B. Albert, A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.

[1] O nome da escola é uma homenagem aos dois líderes indígenas que realizaram a reintegração de posse das terras da Aldeia de Serrinha.

[2] No início de 2017 tem início o meu acompanhamento da experiência aqui relatada pelo indígena acadêmico. Passei a andar por esta estrada, conduzida pelas mãos da orientadora, me reaproximando do único indígena acadêmico que permaneceu na Universidade, a partir de edital específico de 2012. Atualizando o pensamento de Terêncio, eu posso dizer que nada do que é humano me é estranho. Neste caso, de forma especial, imantada pela beleza, profundidade e extrema sensibilidade do pensar humano na cultura ameríndia, assim como intensamente tocada pelas dificuldades que enfrentam os indígenas na convivência com não indígenas, fui sendo de tal forma envolvida que hoje me parece que este é um lugar onde sempre estive. Eu poderia falar de sincronicidade para tentar explicar a intensidade do momento, mas creio que este espaço é de outra voz, de outras vozes. Seguimos caminhando.

[3] Ao assinar, com o indígena acadêmico, a “Proposta de Acolhida a Indígenas Acadêmicos”, firmei compromisso formal na Instituição com o que estava indicado no documento. Neste sentido, pretendo trazer para o projeto de tese o que está indicado na proposta, a forma como foi recebida na Instituição, bem como a sua não viabilização até o momento.

[4] O termo “águas puras” foi usado por Carlos Rodrigues Brandão em obra que trata do pensamento indígena sobre o mundo e sobre seu destino. Refere-se à maneira simples, transparente e saudável com que os indígenas compreendem e se relacionam com a natureza, com outros seres vivos, com o planeta, com o universo, com as estrelas. Não se trata de uma idealização, mas do reconhecimento sobre a importância dos conhecimentos indígenas para nosso viver pleno.